



Análise da sustentabilidade na gestão da visitação pública no Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC-BA)

Diogo Antonio Queiroz Gomes¹

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UESC. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO/ *campus* Uruçuca. e-mail: professor.diogo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende avaliar se o atual modelo de gestão da visitação pública praticado no Parque Estadual da Serra do Conduru está dentro dos padrões de sustentabilidade segundo a metodologia TOMM. Tem-se como hipótese que o modelo de gestão da visitação pública vigente não está em conformidade com os padrões de sustentabilidade, por não contemplar a dimensão humana da sustentabilidade, uma vez que os moradores do entorno não se beneficiam da visitação no Parque. Serão verificados os parâmetros atuais da visitação no Parque, na sequência avaliar como os moradores do entorno estão envolvidos na gestão do parque e investigar se os moradores são envolvidos nas atividades de visitação e de que forma são beneficiados por elas. Adota-se na metodologia o Modelo de Otimização do Gerenciamento Turístico – TOMM (*Tourism Optimisation Management Model*). A aplicação do método de estudo na direção do alcance dos objetivos será norteado por uma busca exploratória e descritiva. Será utilizado um instrumento de coleta de dados estruturado a fim de acompanhar a evolução de alguns indicadores, pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica e a pesquisa documental partindo da análise de leis, documentos e relatórios relacionados como Parque do Conduru, a exemplo de Decretos e Plano de Manejo. A pesquisa permitirá apontar resultados desejáveis e sustentáveis para o turismo no PESC e a comunidade, estabelecendo os limites aceitáveis em que deverão ocorrer. Pretende-se sugerir um modelo para o monitoramento da visitação, bem como recomendar que tipo de atitudes poderiam ser tomadas para resolver os problemas diagnosticados.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Turismo, Unidade de Conservação, Uso Público

1. INTRODUÇÃO

Foi diante do quadro crescente de degradação ambiental, que alguns países sentiram a urgência em criar um mecanismo que assegurasse a conservação dos recursos naturais, seja a flora, fauna, cursos d'água e outros elementos da paisagem. Segundo Santos (2009), a primeira área protegida do mundo surgiu nos Estados Unidos, com o Parque Yellowstone, tendo como princípio ideias preservacionistas que se espalharam por todo o mundo. Nogueira (2011) ressalta que as áreas protegidas do Brasil são oficialmente denominadas de Unidades de Conservação (UCs). No país a primeira UC foi o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937.

Nesse contexto, Takahashi *et al* (2005) alertam para o significativo aumento da visitação em áreas naturais. Rigobello & Junqueira (2006) ressaltam que por mais que uma área se encontre sobre preservação permanente, uma vez aberta ao uso público, a mesma inevitavelmente sofrerá impactos, sendo indispensável zelar as áreas destinadas às atividades de visitação e elaborar diretrizes para que os impactos sejam minimizados. Isso porque, quando os impactos causados pelos visitantes numa UC excedem os limites toleráveis do ambiente, põem em risco tanto a biodiversidade quanto o próprio turismo. (LEISCHER, 2010)

As metodologias de manejo de visitantes em áreas protegidas foram inicialmente criadas focado apenas no controle do número de visitantes (capacidade de carga do local), e evoluíram incorporando variáveis relacionadas ao comportamento do visitante e outras atividades relacionadas à UC. Para Matheus e Teles (2011), os principais métodos são o Estudo de Capacidade de Carga, *Visitor Impact Management* (VIM), *Limits of Acceptable Change* (LAC), *Visitor Experience and Resources Protection* (VERP), *Visitor Activity Management Process* (VAMP), *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS) e o *Tourism Optimization Model* (TOMM), modelo adaptado para esta pesquisa aplicada ao



contexto do PESC. Portanto, é a partir desta referência que se pretende elucidar a seguinte questão norteadora: o atual modelo de gestão da visitação pública praticado no Parque Estadual da Serra do Conduru está dentro dos padrões de sustentabilidade segundo o modelo TOMM?

Partindo desta inquietação, e por considerar que a ineficiência do planejamento turístico numa UC pode comprometer os demais objetivos para os quais ela foi criada, estudos como este são de extrema relevância, a partir de uma abordagem sistemática e interdisciplinar sobre o manejo de visitantes no PESC, em busca de elucidar fatos e relações inerentes ao contexto. Assim, parte-se da hipótese de que o modelo de gestão da visitação pública vigente não está em conformidade com os padrões de sustentabilidade, por não contemplar a dimensão humana da sustentabilidade, uma vez que os moradores do entorno não se beneficiam da visitação no Parque.

Norteadando o método científico que fundamenta este trabalho, o objetivo geral busca avaliar o desempenho do atual modelo de gestão da visitação pública praticado no PESC, recomendando atitudes a serem adotadas em busca de um futuro, desejável e possível, para o alcance da sustentabilidade. Como objetivos específicos, pretende-se verificar os parâmetros atuais da visitação no Parque, na sequência avaliar como os moradores do entorno estão envolvidos na gestão do parque e investigar se os moradores são envolvidos nas atividades de visitação e de que forma são beneficiados por elas. Após, monitorar indicadores relativos ao alcance de um “futuro desejável” em termos de sustentabilidade no Parque e comparar o sistema de gestão do PESC com o padrão TOMM. Por fim, recomendar uma variedade de ações de manejo e gestão.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A referência metodológica deste trabalho, foi adaptada tendo como parâmetro o Modelo de Otimização do Gerenciamento Turístico – TOMM (*Tourism Optimisation Management Model*), que apresenta um enfoque no gerenciamento do turismo de natureza. A metodologia foi desenvolvida para ser aplicada em áreas protegidas australianas (*Kangaroo Island*), mas também é utilizada em países como o Canadá (*Lake Louise, Banff National Park e Aulavik National Park*). A visão daqueles que desenvolveram o TOMM é de torná-lo um modelo de excelência baseado no turismo sustentável de base comunitária em áreas naturais.

A etapa inicial da aplicação deste modelo é a de análise do contexto. Trata-se de um levantamento das características de fatores que podem influenciar o presente e o futuro do PESC. Para tanto, serão analisadas variáveis como o perfil da visitação, atrativos turísticos e as comunidades do entorno. Como indicadores, serão considerados respectivamente por variável, média mensal de visitantes, locais de interesse para visitação e o número de habitantes do entorno, perfil de suas atividades econômicas, bem como o grau de envolvimento dessas comunidades nas atividades de gestão e visitação do Parque.

De posse dos dados obtidos do tratamento das variáveis da etapa anterior, será dada sequência a aplicação do modelo metodológico, cumprindo três fases, a saber: identificação das condições desejáveis (futuro desejável e possível para alcançar a sustentabilidade no Parque), definição de indicadores para medir o alcance dessas condições e estabelecimento de variações aceitáveis. Então, pretende-se fazer um acompanhamento no sentido de coletar informações entre os indicadores e as variações aceitáveis. A intenção é proceder a coleta desses dados em pelo menos dois períodos distintos: um na alta estação (dezembro, janeiro e fevereiro) e outro durante os meses da baixa estação, permitindo a partir dos dados coletados, proceder inferências referentes a eventuais variações durante os períodos.

Ao final, pretende-se determinar o desempenho atual para comparar com as variações aceitáveis e estipular a proximidade entre a atividade atual e as condições desejáveis. Nesse sentido, serão cumpridas as seguintes etapas: identificar indicadores que se apresentem fora da variação aceitável, quais as possíveis causas, e quais ações são recomendadas para o contexto (resposta de manejo).

A aplicação do método de estudo na direção do alcance dos objetivos será norteadado por uma busca exploratória e descritiva. No entanto, uma vez que os objetivos desta pesquisa visam estabelecer relações entre variáveis, é possível afirmar que o presente método possui caráter predominantemente



descritivo. Com relação à pesquisa descritiva, Dencker (1998, apud SILVA, 2011) complementa que a forma mais usual de apresentação é o levantamento, aqui adotado como procedimento inicial de aplicação do modelo metodológico TOMM, e que ao analisar o contexto específico do Parque Estadual da Serra do Conduru – PESC, o estudo descritivo tem características de estudo de caso, enquadrando-se na modalidade de Pesquisa Aplicada.

Durante a segunda fase de aplicação do método (Programa de monitoramento), pretende-se utilizar um instrumento de coleta de dados estruturado a fim de acompanhar a evolução dos indicadores, se estes se apresentam “conforme” ou “não conforme” ao padrão a ser estabelecido de variações aceitáveis; sobretudo, a fim de avaliar o nível de envolvimento dos moradores do entorno na gestão do parque, nas atividades de visitação e se são beneficiados por ela.

Ressalte-se ainda que este trabalho também adotará como procedimentos ao longo de sua execução a pesquisa bibliográfica sobre os seguintes temas: uso público em áreas protegidas, sustentabilidade e gestão em Unidades de Conservação. Pesquisa eletrônica em sites como os da SEMA (Secretaria Estadual de meio Ambiente), MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o site oficial do PESC (www.parquedoconduru.org). E a pesquisa documental partindo da análise de leis, documentos e relatórios relacionados como Parque do Conduru, a exemplo de Decretos e Plano de Manejo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) foi criado a partir do Decreto Estadual Nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997, tendo sua poligonal ampliada em 2003, conforme Decreto Estadual de Ampliação Nº 8.702. Situado na região sul da Bahia, o PESC compreende uma área de 9.275 ha, sendo importante referência no Projeto Corredor Central da Mata Atlântica. Esta Unidade de Conservação (UC), apresenta também um caráter compensatório das intervenções geradas a partir da construção do trecho Ilhéus/Itacaré da BA 001. (BAHIA, 2006)

Oficialmente, estão na área de entorno do PESC, as localidades situadas respectivamente num raio de até 2 km (leste e sul da poligonal), e 5 km a oeste e norte da poligonal que delimita a área do Parque. Assim, nessa área de entorno existem ao norte a localidade de Camboinha, pertencente ao município de Itacaré, Serra Grande (Uruçuca) a leste, Barrocoão (Uruçuca) a oeste e Tibina (Ilhéus) localizada ao sul do PESC.

O foco desta UC é a preservação integral de seus recursos naturais, fomentando a pesquisa científica e a educação ambiental, bem como proporcionando o contato de visitantes com a biodiversidade local. Esta Unidade de Conservação de Proteção Integral traz consigo outro importante propósito que é abranger as serras mais altas, conservadas e menos aptas para agricultura, que protegem as sub-bacias hidrográficas locais, importantes para o abastecimento hídrico de populações dos municípios circunvizinhos e a Lagoa Encantada.

Lea (2006) destaca que as áreas protegidas, são definidas pela IUCN como uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, tendo gerenciamento através de meios legais ou outros meios eficazes. Entretanto, alguns autores consideram o estabelecimento de áreas legalmente protegidas uma das medidas mais controversas na preservação de comunidades biológicas. “Se por um lado, a legislação e a aquisição de terras, por si só não asseguram a preservação do habitat, por outro, representam um importante ponto de partida.” (PRIMACK, 2001, p. 200).

Esta UC é gerida pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA (BA), de acordo com a Lei Federal de nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em sua extensão abrange porções territoriais dos municípios de Uruçuca (44%), Itacaré (41%) e Ilhéus (15%), contemplando cenários de rara beleza, rica variedade de ecossistemas e paisagens naturais, em que se destacam: remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, sub-montana, rica em biodiversidade, endemismo e áreas úmidas (brejos e lagoas). (BAHIA, 2006)

Leisher (2010), considera ainda que áreas ricas em vida selvagem têm no turismo uma alternativa de grande potencial para o desenvolvimento econômico da região onde estão inseridas,

através da geração de renda, por meio de operações envolvendo tanto a comunidade do entorno quanto o setor privado. Spinola (2006) complementa destacando que os visitantes também podem ajudar no processo de sensibilização política e social para criação de leis e atração de investimentos que protejam esses espaços naturais.

Assim, o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) está localizado em uma das regiões de mais alta biodiversidade do mundo. O turismo de qualidade e atividades de educação ambiental devem valorizar esse patrimônio e proporcionar ao visitante uma experiência que lhe permita compreender a dimensão e a importância dessa alta biodiversidade. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA E INSTITUTO FLORESTA VIVA, 2011).

Para a OMT (2003), no turismo de natureza, é necessária a máxima consideração à conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, enfatizando a educação dos visitantes quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo. O foco deve ser atrair pessoas que respeitem o ambiente natural e as culturas locais. Assim, Ladeira (2005) recomenda que para o turismo não causar danos sobre os meios visitados e também para manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras, faz-se necessário um planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades durante a visita.

Assim, Santos Júnior (2006) considera necessário estabelecer uma clara definição conceitual quanto ao público específico que visita as Unidades de Conservação. Para o autor, no interior de uma UC, é preferível utilizar o termo “visitante”, definido como aquele que está ciente e disposto a seguir normas específicas para a sua visita e o desenvolvimento de qualquer atividade.

“O uso do território pela atividade turística e a fragilidade dos recursos dos quais depende o turismo para sua continuidade justificam por si só a necessidade de recorrer-se à técnica de planejamento como forma de garantir um desenvolvimento turístico sustentável.” (Dias, 2003, p.37). Nesse contexto, Matheus e Teles (2011) apontam a década de 1990 como um período de pesquisas importantes e de destaque mundial sobre o uso público em áreas protegidas. Esses estudos, geraram procedimentos técnicos e normas em países como Estados Unidos, Austrália e Canadá, que atualmente servem de referência para políticas públicas de implementação de projetos e gestão ambiental voltada à atividade turística, em todo o mundo. Entretanto, registram que no Brasil, ainda pouco se tem praticado ações voltadas ao planejamento do turismo em Unidades de Conservação (UCs).

Para Matheus e Teles (2011, p. 172), o “TOMM é um modelo de monitoramento e manejo da atividade turística em áreas naturais”. Esse sistema monitora a atividade turística e os seus impactos para ajudar os administradores a tomar decisões sobre o turismo. O TOMM não se concentra nos impactos, na imposição de limites, nem em um número máximo de capacidade de carga. Ele foi desenvolvido para ajudar os gestores de áreas protegidas a identificar oportunidades e alcançar a sustentabilidade. (MANIDIS, 1996). Será aplicado neste estudo conforme segue:

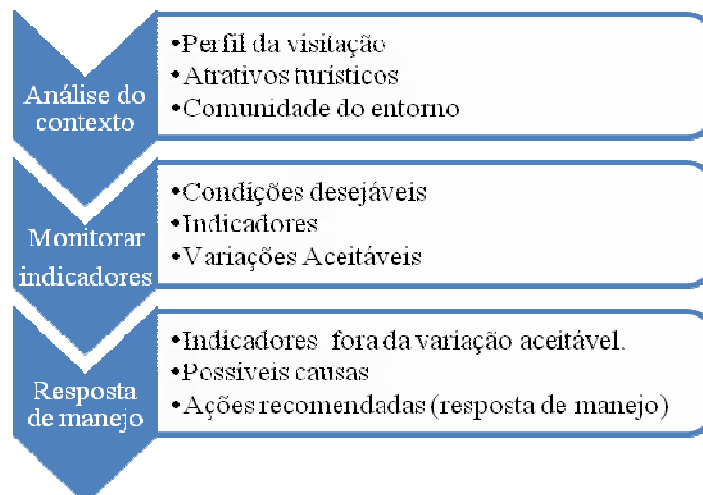


Figura 1 - Modelo de Otimização do Turismo (TOMM) adaptado para a pesquisa.



Uma característica central do conceito TOMM é a inclusão de um sistema de resposta de gestão que alerta para aqueles indicadores que não estão ocorrendo dentro de seus limites aceitáveis ou a outros potenciais problemas que podem exigir acompanhamento adicional. O conhecimento do relacionamento de causa/ efeito/ resposta permite a ação de gestão eficaz e a tempo.

“No Brasil, porém, tanto o manejo como o nível de pesquisa em Unidades de Conservação são ainda incipientes.” (TAKAHASHI, 1998, p. 2). Assim, para a autora, dada a escassez de informações básicas para o adequado manejo das áreas no Brasil e a necessidade de atender essa crescente demanda de uso obedecendo a critérios técnico-científicos, o grande desafio é estabelecer práticas adequadas de manejo de modo a atender, simultaneamente, às necessidades dos usuários e garantir a conservação da qualidade natural dessas áreas.

4. CONCLUSÕES

Matheus e Teles (2011) atestam a validade da metodologia TOMM, destacando que o modelo investiga relações de causa e efeito, separa informações técnicas de avaliações pessoais e facilita a seleção de uma variedade de ações de manejo. O grande diferencial deste método reside no fato de considerar aspectos políticos e as necessidades das comunidades de entorno, além de possuir uma visão ampla das circunstâncias e das tendências atuais para o turismo no contexto do PESC.

Portanto, a aplicação do modelo TOMM permitirá apontar resultados desejáveis e sustentáveis para o turismo no PESC e a comunidade, estabelecendo os limites aceitáveis em que deverão ocorrer. Uma das razões em optar por este modelo como método de referência na pesquisa é a sua capacidade de apresentar seus resultados finais de forma simples, revelando de forma objetiva se a situação atual é saudável ou não, quantitativa e qualitativamente. Pretende-se sugerir um modelo para o monitoramento da visitação, bem como recomendar que tipo de atitudes poderiam ser tomadas para resolver os problemas diagnosticados.

Assim, espera-se que quando obtidos os resultados finais, como legado proporcionado pela pesquisa, sirvam como uma relevante contribuição para que esta Unidade de Conservação atinja seus objetivos e também gere benefícios para toda a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Também aos colegas e gestão do IFBAIANO/ campus Uruçuca que colaboraram de alguma forma para a realização do trabalho. Gratidão especial aos membros do Conselho Gestor do PESC, que prontamente apoiaram essa proposta de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Regimento Interno do Conselho Gestor do Parque Estadual da Serra do Conduru.** Lei Estadual nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO FLORESTA VIVA. **Sistematização de informações e potencial ecoturístico do Parque Estadual da Serra do Conduru.** Ilhéus, 2011.

LADEIRA, A. S. **Avaliação de impactos da visitação, capacidade de carga turística e perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte – MG.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2005.



LEA, M. S. *et al.* **Áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN: Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006.

LEISHER, C. **Linking Biodiversity Conservation and Poverty Alleviation:** a state of knowledge review. IIED, UNEP-WCMC and the African Wildlife Foundation, and hosted by the Zoological Society of London, April 28th and 29th, 2010.

MANIDIS, R. **Developing a tourism optimization management model (TOMM):** a model to monitor and manage tourism on Kangaroo Island. Adelaide, Australia: South Australian Tourism Commission, 1996.

MATHEUS, F. S.; TELES, R. M. S. **Manejo de visitantes em áreas naturais.** In: Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 147-182.

NOGUEIRA, S. M. B. **Planejamento do Ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil.** In: Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 87-131.

OMT, Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PRIMACK, R. B. **Biologia da conservação.** Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RIGOBELLO, A. M.; JUNQUEIRA, L. D. **Gestão de impacto de visitantes no ambiente natural: capacidade de carga do Parque Nacional do Iguaçu.** Revista Múltipla. Brasília, 10 (20), p. 163-185, junho de 2006.

SANTOS, R.; *et al.* **Caracterização das Unidades de Conservação do Sul da Bahia.** In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa/MG. Viçosa : Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2009.

SANTOS JÚNIOR, O. D. **O desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação:** Caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel - PR. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2006.

SILVA, T. F. F. **Percepção da experiência do visitante:** estudo de caso do turismo embarcado de observação de cetáceos na Área de Proteção Ambiental da baleia franca/ SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2011.

SPINOLA, C. A. **O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos:** objetivos conflitantes? RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VIII, n. 13. Salvador, p. 50-59, janeiro de 2006.

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

TAKAHASHI, L. Y.; *et al.* **Indicadores de Impacto para monitorar o uso público no Parque Estadual Pico do Marumbi - Paraná.** Revista da Sociedade de Investigações Florestais, Viçosa – MG, v. 29, n. 1, p. 159-167, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n1/24245.pdf>> Acesso em 17/ 10/2011.